

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 24 DE FEVEREIRO DE 2017:**

---Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezassete, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de José Agostinho Veloso da Silva, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal. -----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respetivamente, António da Silva Garrido e Bibiana Secundina Dias Oliveira. -----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros: -----

Manuel Albino Penteado Neiva,
Orlando Manuel Martins Marques de Lima Rua,
Artur Jorge da Silva Viana,
Manuel Joaquim Marques Peres Filipe
Maria Alexandra Campos Esteves Faria Vilar,
Alberto de Barros Paquete, em substituição de Luzia Filipa Carvalho Miquelino,
António de Sousa Cepa,
Manuel Fernando Morgado Carvoeiro,
Manuel Fernando Lima de Meira Torres,
Helena Maria Carvalho de Abreu,
Beatriz Paula de Sá Lima de Matos,
Alberto Francisco Amaro Ferreira,
António Vendeiro Catarino,
Vitor Manuel Queirós Quintão,
João Eduardo Pinto Felgueiras,
Maria Goreti Cardoso Lima,
Paulo Fernando Alves Marques,
António Viana da Cruz,
Manuel António Lima Torres Ribeiro,
Luís António Sequeira Peixoto,
Manuel Eiras Martins de Abreu,
António Martins Neves, em substituição de Aurélio Mariz Neiva,
Carlos Veiga Escrivães,
Fernando Manuel da Silva Carvalho, em substituição de Jorge Manuel Neto Filipe e
Mário Pires de Boaventura.-----

---Sendo 21 horas e 20 minutos, verificando-se a existência de “quórum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, António Benjamim da Costa Pereira, em representação desta, bem como dos Vereadores:

António Maranhão Peixoto,
João Maria de Sousa Nunes da Silva,

Jaquelina Casado Afonso Areias, e

Maria Raquel Moraes Gomes do Vale.-----

---Não compareceram inicialmente os membros municipais Maria Alexandra Campos Esteves Faria Vilar, tendo chegado pelas vinte duas horas e vinte e cinco minutos e o Sr. Vereador Prof. Rui Pereira, tendo chegado pelas vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos.-----

---Verificou-se, entretanto, a ausência dos seguintes elementos: Anabela Solinho Martins, do Presidente da Junta de Freguesia de Gemeses, Eduardo Oliveira Maia e da Senhora Vereadora Dr.ª Berta Filipa Gonçalves Viana.-----

---Foi proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 50.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 5 do artigo 45.º do Regimento, a inclusão de um assunto na ordem de trabalhos, a saber: Relatório anual de atividades de 2016 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens nos termos do Artigo 32º da Lei 147/99, de 01 de setembro, na redação dada pela Lei nº 142/2015 de 8 de Setembro – Para conhecimento – conforme os documentos que já foram enviados a todos os membros da assembleia.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE A INCLUSÃO DE UM NOVO PONTO NA ORDEM DO DIA.-----

Pelo Sr. Presidente da Mesa, foi referido que o novo ponto passaria a ser o Ponto 02.09 – Relatório anual de atividades de 2016 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens nos termos do Artigo 32º da Lei 147/99, de 01 de setembro, na redação dada pela Lei nº 142/2015 de 8 de Setembro – Para conhecimento, da Ordem de Trabalhos.-----

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: _____

01.01 – APROVAÇÃO DE ATAS.-----

01.01.01 – ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2016 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO.-----

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e nove de setembro de 2016 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos:-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM TRÊS ABSTENÇÕES APROVAR A ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 29 DE SETEMBRO DE 2016.-----

Por não terem estado presentes abstiveram-se os senhores deputados municipais Fernando Manuel da Silva Carvalho, Bibiana Secundina Dias Oliveira, Alberto Barros Paquete.-----

01.01.02 – ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2016 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO.-----

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e oito de novembro de

2016 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM TRÊS ABSTENÇÕES, APROVAR A ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2016.-----

Por não terem estado presentes abstiveram-se os senhores deputados municipais Fernando Manuel da Silva Carvalho, Alberto Barros Paquete e António Martins Neves.-----

01.01.03 - ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2016 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO.-----

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte de dezembro de 2016 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos: -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM TRÊS ABSTENÇÕES, APROVAR A ATA DA SESSÃO REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2016.-----

Por não terem estado presentes abstiveram-se os senhores deputados municipais Fernando Manuel da Silva Carvalho, Alberto Barros Paquete e António Martins Neves.-----

01.02 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO. -----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida, tendo neste momento referido que a mesma foi distribuída por todos os membros da Assembleia Municipal.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

01.03. – INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA.-----

Interveio o Sr. Deputado Municipal, Dr. Manuel Penteado Neiva, do Grupo Político do PPD/PSD, apresentando a declaração que se transcreve:

“Ex.mo Senhor

Presidente da Assembleia Municipal

Ex.mo Senhor

Presidente da Câmara Municipal

Senhoras e Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Antes de mais gostaria de felicitar o nosso Presidente da Assembleia Municipal, o Dr. Agostinho Silva, pela nomeação para Presidente do IPCA – Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, cargo que assume em circunstâncias menos felizes já que resulta da saída, por motivos

de saúde, do Presidente Prof. João Carvalho a quem daqui saudamos e endereçamos os nossos agradecimentos pelo trabalho desenvolvido em prol do Ensino Superior nesta região. Auguramos, naturalmente, ao Dr. Agostinho um bom trabalho.

Senhor Presidente da Câmara

Apraz-me registar a capacidade com que V.Ex.^a consegue atrair para Esposende – para o nosso concelho, milhões de euros de investimento. Esta capacidade traduz três aspectos que julgamos de grande relevo político para quem está à frente dos destinos desta Câmara e deste concelho:

A sua forma de estar na vida política, pautando a sua actuação, única e exclusivamente, em prol do desenvolvimento do nosso concelho;

O seu diálogo democrático, perfeitamente reconhecido pelo diálogo constante que consegue manter – e lhe é reconhecido – pelos nossos governantes que, sendo de outras opções políticas, reconhecem o seu verdadeiro interesse e, por isso, raramente recusam o convite para nos visitar e trazer mais investimentos;

E por último realçar a evidência do seu único prazer e objectivo no cargo que desempenha – servir Esposende.

Não acreditamos, por isso, que haja em Esposende alguém que não se regozije com isso e que não lhe possa estar agradecido pela capacidade e pelo trabalho que tem realizado.

É sempre bom recordar o que de bem e bom se faz por Esposende. Registamos a aprovação, por unanimidade, a abertura dos procedimentos com vista à execução de duas grandes intervenções integradas no plano de desenvolvimento concelhio que são o canal de proteção de cheias e o troço entre Fão e Apúlia da Ecovia do Litoral Norte, obras que representam um investimento global de 5,7 milhões de euros para as quais o município já garantiu parte do financiamento através dos fundos comunitários.

Recentemente ouvimos do responsável pelo Turismo do Porto e Norte de Portugal elogios a Esposende como sendo um “Concelho Referência na Promoção Turística”, não só regional mas também nacional, enaltecendo o excelente trabalho que a Câmara Municipal tem realizado neste âmbito realçando as acções de promoção que se têm realizado na vizinha Galiza. É notório o relevo que a Autoridade que gere o Turismo no Norte de Portugal dá às obras que a Câmara levou a efeito nomeadamente na reabilitação do tradicional Caminho de Santiago, na requalificação exemplar da Avenida Marginal e nas Ecovias construídas e em fase de construção. É nessa estratégia de valorizar o território esposendense e de afirmar a gastronomia e vinhos como produto estratégico que o Município de Esposende leva a efeito a 18.ª edição da iniciativa “Março com Sabores do Mar” recentemente apresentada.

É com agrado que começamos a ver a finalização e inauguração de muitas obras que estavam previstas no Plano de Investimento nas Freguesias e com as quais as populações se mostram contentes e aplaudem os melhoramentos realizados.

Em termos culturais não podemos deixar de nos congratular com a atribuição recente do Prémio Literário Manuel de Boaventura 2017 no qual o júri decidiu atribuí-lo ao romance “Não se pode morar nos olhos de um gato” da escritora Ana Margarida de Carvalho. Foi interessante saber que foram apresentados a concurso 113 títulos, provenientes de Portugal e de países de língua oficial portuguesa.

Senhor Presidente da Câmara

*Há um pensamento de um filósofo brasileiro que diz: - “É tão fácil o prometer, e tão difícil o cumprir, que há bem poucas pessoas que cumpram as suas promessas.” Neste grupo não consta o nome de V. Ex.ª Senhor Presidente da Câmara.
Tenho Dito.”*-----

Intervio de seguida o Sr. Deputado Municipal, Dr. João Felgueiras do Grupo Político do PS, começando por apresentar um voto de pesar, subscrito por todos os Grupos Políticos, e que se transcreve:

*“A Assembleia Municipal de Esposende reunida no dia de hoje 24 de Fevereiro de 2017, propõe um VOTO DE PESAR pelo falecimento do Sr. Dr. Mário Soares, ex- Presidente da República e Primeiro-ministro de Portugal, honrando o seu “legado de coragem política e patriotismo democrático”.
Que este voto de pesar seja transmitido à sua família, expressando-lhe toda a nossa solidariedade.”*-----

De seguida fez uma intervenção política que se transcreve:

*“Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhoras e Senhores Vereadores,
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Minhas Senhoras e Meus Senhores;
Comunicação Social;*

*Eis-nos chegados ao último ano do mandato para o qual fomos eleitos.
É altura de começar a fazer balanços, até porque já repicam os “sinos políticos” para o arrebanhar das tropas e se começam a perfilar as hostes, porque não tarda nada a procissão estará no adro e pronta a percorrer os caminhos e calçadas do nosso Concelho.
Se pontos positivos há no mandato que agora entra na sua reta final, possivelmente não tantos quanto as odes que ouvimos muitas vezes aqui declamar nos querem fazer crer, também há alguns que ficaram aquém do que era esperado pela população do nosso Concelho e quero acreditar, Senhor Presidente, aquém também das pretensões do Executivo.
Mas, Senhor Presidente, não é possível embarcar na conversa do “fizemos o que pudemos e o que dependia de nós está feito” ou na do “o que não conseguimos fazer é culpa de terceiros”.
Há coisas que não estão ao nosso alcance, por isso, mais vale não falar delas porque fogem ao nosso raio de ação e só tendo certezas deveremos embandeirar em arco e lançar os foguetes para que todos possamos festejar, porque os sucessos do Executivo, quer se queira ou não, são também os sucessos de todos os Esposendenses...
E quanto a isso, Senhor Presidente e por muito que me custe - e custa muito, acredite - lamento dizer que houve um foguetório excessivo no que concerne ao tema do forte São João Batista e ao tema da Estação Rádio Naval de Apúlia.
Depreendi, pelas suas palavras que fugiram como areia por entre os dedos e que só não teve mais avanços porque a terceiros isso se deve. É assim Senhor Presidente? Afinal, e de uma vez*

por todas, em que pé é que se encontra o processo? É para ir para a frente? Ou é para esquecer?

E já agora, como vai o processo dos Moinhos da Abelheira? E o do Cemitério das Barreiras? Encalharam nos célebres “terceiros”? A tal ameaça nunca identificada, mas objetivamente tão definida, que não é preciso ser adivinho para saber que tal inimigo do progresso sustentado do nosso Concelho e da admirável capacidade de pescar oportunidades do seu responsável máximo, num mar tão revolto como o da concorrência municipal nacional, seja o actual Governo. A tão escarnecida “geringonça”, que para o PSD local, tanto é bestial quando apoia a Câmara, como é a besta aterradora e usurpadora do sagrado direito de governar a Nação, função para a qual só o PSD foi abençoado; o escolhido pelos Deuses do Olimpo.

Mas a verdade, Senhor Presidente - e posso dizê-lo sem qualquer receio - que nunca uma “Geringonça” – como gostam de lhe chamar - disponibilizou tantos fundos para intervenções no nosso Concelho, como esta que vocês escarnecem.

Ainda há dias, no lançamento de mais uma primeira pedra, o Senhor Presidente da Junta de Esposende, Marinhas e Gandra, tentou justificar as dificuldades que o seu Executivo encontrou; ora com a reorganização de Freguesias, ora com a mudança de Governo, ora com toda uma nova conjuntura, que é a actual, e que tantas vezes aqui nesta Assembleia Municipal tem sido pintada, como sendo, não a do tal diabo por quem o PSD tão ansiosamente espera, mas pelo pai dele; que ainda é pior que o fim do mundo, ao que se diz!

O mote estava dado... Pegando na “deixa” logo o Senhor Presidente afirmou que já não eram 5 os milhões para intervenção nas freguesias; agora o bolo já ia em 11 milhões, tudo porque o Governo abriu oportunidades onde o nosso Concelho se enquadrava... e logo V^a. Ex^a, como verdadeiro caçador de tais oportunidades, lá conseguiu trazer mais uns cobres, porque tem e mantém uma boa relação com o Governo.

Lá está, Senhor Presidente

Num ápice, a “geringonça” passa de besta, a bestial!!! Depende da circunstância, pelos vistos. Brilhante...

De qualquer modo, permita que lhe diga que a “Geringonça” anda melhor oleada que a “procissão política do PSD caseiro” que já desde há muito se encontra no Adro...

Senhor Presidente,

No início do mandato, muitas vezes me referi às vindas falhadas do Sr. Ministro do Ambiente e até propus que lhe fosse oferecido um GPS, porque ora vinha, ora não vinha... mas acredito que o Senhor Presidente, tenha retido a minha sugestão e dado o GPS última geração, aos ministros do actual Governo, já que eles têm cá vindo várias vezes e sempre com milhões no bolso. Ainda bem! Só o felicito por isso!!!

No lançamento da primeira pedra da requalificação do Adro da Senhora da Saúde no passado Domingo, o Senhor Presidente da Câmara falou sobre a reabilitação da zona das garagens do bairro Sudeste. Ora, este é um dos temas que todos os anos aparece na agenda política local, mas sem desenvolvimento algum.

A minha pergunta, é se existe efetivamente algum plano de intervenção para aquela zona. Pelo que ouvi, o Senhor Presidente já tem esta obra como promessa segura para o próximo mandato.

E o que dizer da compra do terreno em frente, a nascente das tais garagens, apenas com a nacional 13 a separá-los, esse sim parece ter sido um estrepitoso tiro de pólvora seca. Esses terrenos foram adquiridos pela Câmara Municipal, sendo que nesta Assembleia foram pedidos

esclarecimentos sobre o interesse de tal ato e o que foi transmitido é que tal terreno seria para um Centro de Negócios; depois, numa segunda leva, já não era para um Centro de Negócios, mas sim para habitação de arrendamento jovem.

Então... sabendo-se agora que o badalado Centro de Negócios terá sido mais uma vez repensado, e pelos vistos já adjudicado, para se instalar no Largo Rodrigues Sampaio em edifício já existente, com um custo mensal de 5 mil euros, pergunto ao senhor Presidente: os terrenos em causa serão, efetivamente para quê?

Desconhecendo por completo - talvez por culpa própria - o projecto do arranjo do Souto da Senhora da Saúde, atrevo-me a sugerir que os mesmos possam vir a servir de parque de estacionamento aos autocarros que se prevê venham a transportar mais "merendeiros" para o local, do que peregrinos que levam a Fátima....

Senhor Presidente,

Para terminar, queria deixar ainda mais três notas. Começando por questionar, já que a dinâmica de intervenções e arranjos urbanísticos é tão grande, como ficou a sugestão que aqui fiz e que foi prontamente aceite, sobre a identificação, ou arranjo urbanístico para a memória futura, da área onde outrora funcionaram os estaleiros de Esposende e os estaleiros de Fão? Ficou no esquecimento? Como está o assunto? Vai ser submetido a algum programa europeu, para custear o investimento?

Outra nota Senhor Presidente é para lhe dar os parabéns, e a coisas dessas não deve estar muito habituado por parte de quem é oposição, mas é a minha forma de estar na política. Parabéns esses que se devem à intervenção no molhe norte da barra, que apesar de ser um projeto quase todo financiado pela Polis, teve a supervisão da Câmara. Ainda não será a solução final para a barra, mas é um passo importante na sua navegabilidade...

É por isso que lhe vou deixar um desafio, uma proposta. O nosso rio, as nossas docas têm diversos e graves problemas de assoreamento. No dia 19 de Agosto de 2016, com milhares de pessoas na cidade e à beira rio, em dia de maré vaza, a doca de recreio apresentava-se como um péssimo cartão de visita para a nossa cidade face ao "lodo" que por lá abunda e ao seu cheiro nauseabundo. Da navegabilidade do rio, todos sabemos a importância... e só se espera, de facto uma solução.

Ora, Senhor Presidente, é nesse sentido que vai a minha proposta, que, certamente, não será totalmente original, mas que é a seguinte:

Uma vez que o custo de uma draga é demasiado avultado, para que o Município possa arcar sozinho com ele, porque não juntar esforços com Municípios vizinhos que precisam deste tipo de engenho para dragar os seus rios, como Viana, Vila do Conde ou até mesmo as docas na Póvoa de Varzim e unirem esforços para adquirirem uma Draga que servisse cada um dos Municípios, em períodos de tempo proporcionais ao capital investido por cada um? O funcionamento da Draga seria suportado pelo produto da venda de um volume de dragados anual, excedentário, cientificamente calculado e rigorosamente controlado, pelas autoridades competentes.

Não vislumbro, qualquer obstáculo que se possa levantar a uma solução destas... Não é nenhuma utopia, e é com sinergias como estas que se conseguem grandes feitos de onde todos sairiam a ganhar com um custo mais reduzido.

Até o Ambiente, ficaria a ganhar, pois, qualquer impacto negativo, seria totalmente eliminado!

Como vê, aqui tem mais uma oportunidade, Senhor Presidente!

Tenho dito.”-----

De seguida, interveio o Sr. Deputado Municipal, Dr. Artur Viana, do Grupo Político do CDS-PP, apresentando a declaração que se transcreve:

*“Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Senhor Presidente da Câmara
Senhores e Senhoras Vereadoras
Senhores e Senhoras Deputados Municipais e público presente*

Assistimos, como era previsível, a um início de ano com lançamentos, quase semanais, de pedras, digo obras, do afamado “Plano de Investimento nas freguesias”.

Sr. Presidente, esta corrida às obras eleitoralistas que sobrecarregam os serviços municipais podiam, claramente ser evitadas, dado que são intervenções já á muito prometidas e com projetos elaborados e aprovados.

Claro que todos conhecemos as estratégias políticas de execução de obras em fase final de mandato autárquico, depois de um longo período de latência.

É nesta folia carnavalesca de um marketing de anúncio de obras que notícias como a da descida de 75 lugares no ranking da transparência informativa da Câmara tentam ser apagadas. Por muito que procuremos uma justificação para esta notícia, comparando-nos a outras autarquias, o certo é que nesta Assembleia o Sr. Presidente já tinha sido alertado para o facto de os orçamentos municipais serem pouco transparentes.

Refira-se que só no orçamento de 2017, a rubrica “Outros” apresentava valores na ordem dos dois milhões de euros, sem explicação clara.

Talvez esteja na hora de substituir o outdoor da liderança do ranking de eficiência financeira pelo da descida abrupta no ranking da transparência financeira.

E..., porque falo de transparência informativa gostava que o Sr. Presidente esclarecesse a situação apresentada em reunião última desta Assembleia, pelo Sr. Jorge Ferreira, relativa ao boletim municipal, nomeadamente:

- A empresa “Jornal de Notícias de Esposende” apresentou ou não proposta para a impressão do boletim municipal?*
- Qual o critério de atribuição dos serviços gráficos de impressão do boletim?*
- Como se justifica a adjudicação dos serviços de impressão gráfica do boletim, em vários contratos, a dias empresas com o mesmo nome fiscal?*

Esta situação parece ser mais um dos episódios da trapalhada da gestão do e marketing e do gabinete de comunicação.

Aproveito também para questionar o modo de distribuição dos 17 000 exemplares do boletim municipal, isto porque, da última edição de janeiro, recebi na minha caixa de correio “só” cinco exemplares, para compensar já não recebi nenhum da edição de fevereiro.

Sr. Presidente ...

Tendo este executivo a preocupação de executar obras na reta final de mandato, reparo que deixou nitidamente esquecido áreas fundamentais para o concelho, nomeadamente, empreendedorismo, mobilidade educação e outros. No entanto parece que alguém lembrou que estas também faziam parte das promessas eleitorais.

Refiro-me em concreto à estratégia de captação empresarial que promova a criação de emprego. Durante os últimos três anos assistimos a um vazio na estratégia de dinamização da economia empresarial, com desculpas de não querer angariar empresas que possam estragar o bom nome de Esposende, ou a uma afirmação constante de que em Esposende as empresas não pagam derrama.

Onde para o projeto de Regulamento para a Capacitação de Investimento?

Quais os objetivos para o Centro de Negócios, ...

Nos últimos meses o executivo acordou, talvez tarde de mais para chamar as empresas que, depois de longa espera se cansaram e foram-se instalar em concelhos vizinhos.

Sr. Presidente, Esposende não pode crescer apenas no turismo que é claramente uma atividade sazonal. Tem de haver um plano real e atempado de crescimento em outras áreas da economia que garantam a sustentabilidade ao longo do ano.

Também na área da educação o município esteve estagnado, vivendo à sombra de um plano educativo que já foi pujante mas que tem vindo a desvanecer, por falta de criatividade e iniciativa.

Esposende tem capacidade de fazer mais e melhor com os seus recursos, não será certamente a encomenda de mais uma acessória para a elaboração do Plano Estratégico Educativo Municipal, que a autarquia vai dinamizar a educação. Este apenas servirá para dar propostas para o novo plano eleitoral que se aproxima.

Para finalizar e porque tenho sido questionado por vários cidadãos, para quando os resultados do Plano de Mobilidade Urbana.

Há cerca de dois anos, eu questionei o Sr. Presidente sobre o referido Plano, prometido pelo mesmo aquando da construção da ciclovias na marginal, ...

... e que prontamente o Sr. deputado Albino Neiva se prontificou a dizer que estava a ser elaborado (como se eu tivesse acesso a informação privilegiada). O certo é que se aproxima mais um verão e o dito plano não vê a luz do dia.

Obrigado."

De seguida, interveio o Sr. Deputado Municipal, Dr. Manuel Carvoeiro, do Grupo Político do PCP, com a seguinte intervenção:

"Saúdo o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, os restantes membros da Mesa, o Sr. Presidente da Câmara, as Sras. e Srs. Vereadoras (es), as Sras. Deputadas e Srs. Deputados, o Secretariado desta Assembleia, minhas Senhoras e meus Senhores.

Na sequência da intervenção do Sr. Deputado do PSD Albino Penteado Neiva, em que fez um rasgado elogio à gestão do Presidente da Câmara, informo que, a breve trecho, farei uma crónica intitulada - da preocupante e lenta hibernação de Benjamim Pereira à neurose da azáfama no fim do seu mandato. Talvez nessa crónica insira um capítulo sobre o CDS - PP que agora, na proximidade das eleições, e depois de tanto silêncio, de tanta passividade, nesta Assembleia e na Câmara Municipal, anda por aí a dizer, mais uma vez, que "é preciso fazer o que ainda não foi feito". Já estamos habituados a esta conduta do CDS-PP.

Sr. Presidente, apresento, agora, uma moção e duas recomendações, tudo nos seguintes termos:

1. MOÇÃO SOBRE TRANSFERÊNCIA DE ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO PODER CENTRAL PARA OS MUNICÍPIO.

A descentralização administrativa, conforme a CRP - Constituição da República Portuguesa - tem por finalidade assegurar o reforço da coesão nacional e de solidariedade inter-regional e promover a

eficiência e eficácia da gestão pública, assegurando os direitos das populações. Descentralização que envolve, entre outros aspetos, a transferência de atribuições e competências para as autarquias.

A transferência de poderes e competências para executar (física e financeiramente) ações, serviços ou investimentos é mera desconcentração - só há descentralização quando a transferência inclua o poder de decidir.

A transferência de atribuições e competências deve ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequado ao desempenho das funções transferidas, visa uma melhor e mais eficaz resposta aos direitos, aspirações e necessidades das populações, e não pode consistir, como a prática tem demonstrado, num processo de redução do investimento público e alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento para o poder local.

A solução a encontrar deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, em que o Poder Local democrático se assuma como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de Direcção e conformação que faça sentido à luz do princípio da subsidiariedade e complementaridade como forma de melhor responder aos direitos e anseios das populações e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado.

Objetivos que exigem, como garantia de coerência do processo, uma delimitação clara das atribuições e competências que envolva os níveis de administração central, regional e local.

Devem manter-se no Estado, para além dos que são próprios do exercício da soberania, os poderes que permitam o desenvolvimento estrutural do país e os que coloquem todos os cidadãos em plano de igualdade no acesso aos bens e serviços constitucionalmente garantidos nos domínios económico, social e cultural.

A inexistência de autarquias de nível intermédio – as regiões administrativas – que não são substituíveis pelas CIM ou qualquer outra solução intermunicipal, constitui um obstáculo a uma efetiva descentralização que é urgente resolver.

Novas competências para as autarquias exigem o preenchimento de condições (financeiras, de autonomia e de organização) para o seu pleno exercício, reclamam a reposição de condições para responder às responsabilidades que já hoje detêm, exigem a devolução às autarquias das competências em relação às águas que lhe foram retiradas com a criação dos sistemas multimunicipais. Exigem ainda a reposição das freguesias.

A experiência de décadas em que, mais que transferência de competências, se transferiram encargos, obriga à avaliação rigorosa dos meios necessários ao exercício das competências consideradas, a definição do ponto de partida para a fixação do volume de recursos necessário e a verificação de garantias futuras quanto ao regime financeiro.

Face aos projetos de diplomas do governo agora concluídos sobre transferência de competências e sobre a orgânica das CCDR, a AM de Esposende, reunida no dia 24 de fevereiro de 2017, delibera:

- 1. Reafirmar a descentralização como condição essencial para o desenvolvimento local e regional.*
- 2. Reiterar a exigência de criação das regiões administrativas enquanto fator indispensável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de administração, a uma reforma democrática de administração, à defesa da autonomia dos municípios.*
- 3. Exigir a eliminação de todas as restrições à autonomia do poder local em matéria financeira, orçamental, organizacional, material e humana.*
- 4. Rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a garantia comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro.*

1 - RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA QUE PROCEDA AO ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MANUEL BOAVENTURA.

- 1. A UNESCO, no seu Manifesto sobre bibliotecas públicas, preparado em cooperação com a Federação Internacional das Associações de Bibliotecários e de Bibliotecas, preconiza, quanto ao*

funcionamento e gestão destes serviços que os mesmos têm de ser fisicamente acessíveis a todos os membros da comunidade, o que pressupõe, entre outros requisitos, a existência de edifícios bem situados, boas condições para a leitura e o estudo, assim como o acesso a tecnologias adequadas e horários convenientes para os utilizadores. Ainda, segundo o Manifesto da UNESCO, os serviços das bibliotecas públicas devem ser adaptados às diferentes necessidades das comunidades em que se inserem, apelando aos que têm poder de decisão, a nível nacional e local, que apliquem os princípios expressos no presente Manifesto.

2. Assim, atentas as orientações e apelo da Unesco plasmados no mencionado Manifesto, atentas ainda as boas práticas de muitas e muitas bibliotecas públicas existentes no nosso país, merecendo particular referência o funcionamento das bibliotecas de concelhos limítrofes de Esposende (e.g. Póvoa Varzim e Vila nova de Famalicão), a Assembleia Municipal de Esposende, na sua sessão ordinária realizada no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, no dia 24 de fevereiro de 2017, delibera recomendar à Câmara Municipal de Esposende que, enquanto Órgão Executivo do Município, proceda ao alargamento do período de funcionamento da Biblioteca Pública de Esposende Manuel Boaventura (BPEMB), sugerindo-se que esteja aberta todos os dias até às 19:00horas, aos sábados das 9:00h até às 19:00h e, a partir do mês de junho até ao final do mês de Agosto, aos sábados até às 23 horas e aos domingos durante a manhã.
3. A Assembleia Municipal delibera ainda recomendar à Câmara que a decisão do alargamento do horário ora proposto seja acompanhada de uma massiva ação de divulgação nos órgãos de comunicação social de âmbito local, no boletim municipal, no portal do Município, nas Juntas de Freguesia, nas escolas do concelho, noutros serviços públicos, nas empresas privadas, nas praias e outras zonas balneares, seja colocada sinalética (posters /outdoors na cidade de Esposende para o efeito e feita, em todo o concelho, a distribuição de flyers através dos CTT.

2 - RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA QUE ADOTE MEDIDAS NECESSÁRIAS E ADEQUADAS TENDENTES A ACABAR COM O RUÍDO EXCESSIVO GERADO E PROPAGADO PELOS BARES/DISCOTECAS DA ZONA DE OFIR/FÃO.

1. Há vários anos, a existência de espaços de diversão noturna na faixa mais litoral do nosso concelho constitui um foco de atração de muita gente, nomeadamente adolescentes e jovens. Esta dinâmica é particularmente visível na zona de Ofir, na Vila de Fão. Podemos falar de uma verdadeira Movida que, ano após ano, tem vindo a crescer.
2. Ora, se por um lado, esta sazonal Movida permite que tanta gente, na sua maioria, oriunda de outras paragens, demandem o nosso concelho na busca do lazer e da diversão, por outro, esta realidade não deixa de constituir um quadro problemático percecionado através das reclamações referenciadas, no fundamental, ao excessivo ruído provocado e propagado, durante, praticamente, todas as noites de Verão, pelos grandes espaços de diversão existentes na zona de Ofir.
3. Esta situação, que se repete em cada ano que passa, põe em causa o sossego, descanso e bem-estar das pessoas que vivem em Ofir ou nas suas proximidades e mesmo na cidade de Esposende, o que constitui a violação de um direito com guarida constitucional, desde logo, o direito à integridade pessoal das pessoas preceituado no art.º 25.º da CRP.
4. Atentas as atribuições deste município e as competências da Câmara Municipal que defluem do DL n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, atinentes à prevenção do ruído e ao controlo da poluição sonora visando a salvaguarda da saúde humana e o bem-estar das populações, a Assembleia Municipal de Esposende, na sua sessão ordinária realizada no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, no dia 24 de fevereiro de 2017, delibera recomendar à Câmara Municipal de Esposende que, sem embargo da necessária conciliação entre a animação/diversão noturna com o direito ao descanso das populações, discipline o funcionamento de tais espaços de acordo com a lei, adotando, com a

máxima urgência, isto é, até finais de maio de 2017, todas as medidas necessárias e adequadas para acabar com o ruído excessivo gerado e propagado pelos bares e discotecas da zona de Ofir/Fão.

Sr. Presidente da Assembleia, coloco, agora, algumas questões ao Sr. Presidente da Câmara:

- 1. Quantos contratos, por ajuste direto, de prestação de serviços, na modalidade de tarefa ou avença, foram celebrados pelo Município de Esposende nos últimos três anos na área dos serviços jurídicos e com quem celebrou esses contratos?*
- 2. Salvaguardando que nada tenho de pessoal contra o Sr. Pedro Vila Chã, pelo contrário, pergunto se o Município de Esposende tenciona renovar o Contrato de prestação de serviços que com ele havia celebrado em 2015?*
- 3. A Câmara Municipal colocou em debate público o denominado Plano Estratégico de Educação. Este Plano corresponde ao Projeto Educativo Municipal que consta dos documentos previsionais para 2017?*
- 4. No âmbito do Plano de Investimentos nas Freguesias, está prevista a construção de um passadiço ou abrigo para alunos na EB2/3 das Marinhas? Em caso afirmativo, qual a data prevista para iniciar essa obra?"-----*

Terminadas as intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, suspendendo os trabalhos, para que as respetivas bancada discutissem o voto de pesar, a moção e as duas recomendações apresentadas.-----

Pelas vinte e duas horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal retomou os trabalhos, informando que a Moção sobre transferência de atribuições e competências do poder central para os municípios, apresentada pelo líder parlamentar do Grupo Político do PCP, não iria ser submetida a votação, iria descer à Comissão Permanente da Assembleia Municipal que, a breve trecho, se pronunciará sobre o assunto.

De seguida colocou à votação os restantes assuntos propostos no período de antes da ordem do dia, tendo-se obtido as seguintes votações:

1 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO DR. MÁRIO SOARES.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO-DE PESAR PELO FALECIMENTO DO DR. MÁRIO SOARES.-----

MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTES VOTOS DE PESAR, APRESENTANDO AS MAIS SENTIDAS CONDOLÊNCIAS À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA.---

2 – RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA QUE PROCEDA AO ALARGAMENTO DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MANUEL BOAVENTURA. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 6 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, DO PCP E DO SR PRESIDENTE DE JUNTA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE APÚLIA E FÃO, 4 ABSTENÇÕES DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE VILA CHÃ E FORJÃES E 18 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO

DO PPD/PSD E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DAS UNIÕES DE FREGUESIAS DE BELINHO E MAR, DE ESPOSENDE, MARINHAS E GANDRA, DE FONTE BOA E RIO TINTO, DE PALMEIRA DE FARO E CURVOS, E DA JUNTA DE FREGUESIA DE ANTAS, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO MEMBRO ELEITO PELO GRUPO POLÍTICO DO PCP.-----

Pelo Grupo Político do PPD/PSD foi apresentada declaração de voto que se transcreve:
“Votamos contra porque se trata de um assunto que resultará das novas regras da Biblioteca que entrarão em vigor após as obras que sabemos se irão realizar no atual edifício e noutro contíguo e que dotarão a Biblioteca com novas valências. Assim julgamos que não será este o momento oportuno para alterar qualquer horário de funcionamento daqueles serviços.”-----

3 - RECOMENDAÇÃO À CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA QUE ADOTE MEDIDAS NECESSÁRIAS E ADEQUADAS TENDENTES A ACABAR COM O RUÍDO EXCESSIVO GERADO E PROPAGADO PELOS BARES/DISCOTECAS DA ZONA DE OFIR/FÃO.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 6 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, DO PCP E DO SR PRESIDENTE DE JUNTA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE APÚLIA E FÃO, 4 ABSTENÇÕES DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE VILA CHÃ E FORJÃES E 18 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DAS UNIÕES DE FREGUESIAS DE BELINHO E MAR, DE ESPOSENDE, MARINHAS E GANDRA, DE FONTE BOA E RIO TINTO, DE PALMEIRA DE FARO E CURVOS, E DA JUNTA DE FREGUESIA DE ANTAS, REJEITAR A RECOMENDAÇÃO APRESENTADA PELO MEMBRO ELEITO PELO GRUPO POLÍTICO DO PCP.-----

Pelo Grupo Político do PPD/PSD foi apresentada declaração de voto que se transcreve:
“Votamos contra por se tratar de uma matéria muito sensível para a qual a Câmara sempre se mostrou atenta já que se trata de uma área importante para o concelho como é o Turismo. O Grupo Político do PSD considera que esta matéria, a ser abordada, deverá resultar num estudo para todo o concelho e não só para a área específica na Moção que é Fão/Ofir.”-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“No que tange à recomendação em apreço, remeto a presente declaração de voto para o teor do Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça relativo ao processo n.º 1715/03.7TBEPS.G1.S1, de 08/04/2010, votado por unanimidade e transitado em julgado, consubstanciando-se este como fonte de jurisprudência.*

Este Acórdão refere a violação de vários direitos constitucionalmente consagrados, destacando-se os direitos do ambiente, de propriedade e à integridade física e moral e ao livre desenvolvimento da personalidade.

Enquanto entidade licenciadora, não pode a Câmara Municipal deixar de tomar as medidas atinentes ao legal e regular funcionamento dos estabelecimentos de animação noturnos da zona de Ofir, conciliando assim a atividade económica em causa com o direito ao descanso das populações.

Tais medidas, como não poderia deixar de ser, devem ser extensíveis à globalidade dos estabelecimentos desta natureza do concelho.-----

Pelo Grupo Político do CDS-PP foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *"A abstenção do Grupo Político do CDS deve-se ao facto da Câmara já em anos anteriores ter sido confrontada com situações similares, ficando na altura de analisar as reclamações e propor medidas de resolução."*-----

Pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Apúlia e Fão foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *"Voto a favor no sentido em que se consigam soluções conciliadoras entre os espaços de diversão noturna na zona de Ofir e a pacatez e o sossego diurno e noturno de que esta zona beneficia. Quer do ponto de vista dos espaços de diversão noturna, quer do ponto de vista do alojamento local ambos são geradores de benefícios sociais e económicos para a zona, os quais não devemos descurar."*-----

INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: _____

Usou da palavra o senhor Presidente da Câmara Municipal, referindo que a informação apresentada é totalmente elucidativa, disponibilizando-se para prestar esclarecimentos a quaisquer dúvidas dos Senhores Deputados Municipais.-----

Intervio de seguida o Senhor Deputado Artur Viana referindo que não recebeu a informação escrita do Sr. Presidente da Câmara em suporte de papel como era habitual.-----

Pelo Senhor Presidente da Assembleia foi referido que a informação tinha sido disponibilizada na dropbox na quarta-feira, contudo endereçou um pedido de desculpas por não ter sido entregue esta informação em suporte de papel aos líderes parlamentares, como vem sendo habitual.-----

Passou de seguida a palavra ao senhor Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos senhores deputados municipais.-----

Pelo senhor Presidente da Câmara Municipal, foi dito o seguinte:

"Senhor Presidente,

Vou tentar ser breve, pese embora o número elevado de questões que aqui foram colocadas. Senhor Deputado Dr. Penteado Neiva, agradeço as suas palavras e a reflexão que fez acerca do trabalho, que não é só meu, mas de todo o executivo, faço questão que assim seja, isto não é o trabalho de um homem só, é o trabalho de muita gente, incluindo o vosso trabalho que também está aqui refletido, nos sucessos do município, não é só do Benjamim Pereira como devem imaginar. De resto, também não concordo que o povo tenha que estar grato à minha pessoa, quanto muito deverá estar informado em relação aquilo que nós fazemos, para que possa efetivamente fazer um justo julgamento do nosso trabalho, será mais por aí.

Em relação à referência que fez ao Turismo Porto e Norte de Portugal, efetivamente tivemos a visita do Senhor Presidente, há dias, que demonstrou um conhecimento muito profundo daquilo que é a realidade do Turismo no nosso Concelho, fiquei muito satisfeito sinceramente

com as referências que fez de Esposende, e que não eram de agora, que vinham lá de trás, de muito trabalho que tem sido feito, nomeadamente deste grande evento que é o Março com Sabores do Mar, que vai já na sua 18ª edição, e ele tinha um perfeito conhecimento de toda a sua abrangência porque não estamos apenas a falar do mês de MARÇO, antes disso há muito trabalho feito, envolvendo toda a comunidade, contribuindo de facto para melhorar a situação desta área de negócios no nosso concelho, mas criando também hábitos saudáveis de alimentação, envolvendo as escolas, criando workshops para formar públicos, é uma abordagem muito interessante mesmo da valorização dos próprios produtos endógenos, do nosso peixe, hortícolas, etc.

É um trabalho excecional que é feito há pelo menos dezoito anos, e em boa verdade, manter um evento desta natureza vivo durante tantos anos implica muita inovação para que ele não cristalice e não deixe de ser interessante e isso tem sido conseguido, efetivamente é já um marco no nosso município, sendo certo que o nosso turismo é mais do que esta iniciativa, felizmente e hoje há um conjunto de outras oportunidades nomeadamente ligadas à náutica por exemplo, ao Kite surf em particular, ou ao Surf, mas também ao recente fenómeno dos Caminhos de Santiago, do turismo religioso e do turismo ambiental.

Fiquei muito satisfeito, de facto, com as palavras que ouvi, porque não foram de uma pessoa qualquer, mas do responsável máximo do Turismo na zona norte, um profundo conhecedor daquilo que é o Turismo no nosso país, é evidente que Esposende tem uma vocação natural para o turismo e é por aí que deve andar e é aí que deve investir com força, fazendo aqui também uma referência daquilo que é o trabalho da Zendensino ao longo dos anos, formando os nossos jovens para que possam ganhar a sua vida, eventualmente nesta área.

Relativamente ao prémio literário, claro que estamos extremamente satisfeitos, 130 concorrentes é muito bom e o tempo foi curto, para a apresentação das candidaturas. De facto, as editoras olharam para este prémio e reconheceram logo o seu valor, e não foi pelo valor monetário, pois é só de 7.500,00 euros, e só de 2 em 2 anos, mas essencialmente a projeção que o mesmo poderá trazer para os concorrentes e é pena não poder divulgar aqui alguns nomes, apenas da escritora que ganhou o 1º prémio, por questões éticas, como é evidente, não posso divulgar os nomes dos concorrentes, é pena, porque estamos a falar de autores consagrados da língua portuguesa.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Dr. João Felgueiras, dizer-lhe que estamos satisfeitos com o desempenho que temos tido ao longo deste mandato, nunca me ouviu dizer que fazemos tudo bem, mas também seríamos hipócritas se não disséssemos, que fazemos muitas coisas bem-feitas e que temos aproveitado muitas oportunidades que nos têm surgido, e que nem sequer constituíam qualquer compromisso, para nós, o que quer dizer que se não o tivéssemos feito, estaríamos de consciência tranquila e podíamos por ventura até, concentrarmo-nos mais naquilo que foram as nossas promessas, mas, cada vez mais, o desempenho autárquico é muito dinâmico, devemos ter muito cuidado quando nos comprometemos nos nossos programas eleitorais, quando nos comprometemos com as populações, não prometendo nada que não tenhamos a certeza que vamos fazer, ou pelo menos a intuição de que podemos ter essa oportunidade, não enganando as populações, mas estando completamente abertos a situações novas que possam surgir, porque a nossa sociedade é muito dinâmica e temos que estar preparados para aproveitar as oportunidades que vão surgindo.

Relativamente ao Forte de S. João e à Estação Rádio Naval, se fosse fácil, já tinha sido feito por muita gente há muito tempo, isto é uma tarefa muito difícil, o que lhe posso dizer é que não descansamos um único dia até hoje em relação a esta matéria.

Ultrapassamos um governo anterior, fizemos tudo o que estava ao nosso alcance para conseguir convencê-los da importância de um município poder gerir estes equipamentos, não foi possível.

Entrou um novo Governo, temos outros protagonistas, outros interlocutores, falamos com quem de direito, recordo que fizemos um protocolo importantíssimo com a Universidade do Minho.

Estamos com confiança, se não houver razões de outra natureza, falo de natureza político-partidária, isto chegará a bom porto e em breve haverá boas notícias.

Se o Governo tiver a consciência de que, entregar estes equipamentos ao município de Esposende é ajudar a população de Esposende, ajudar ao desenvolvimento do Concelho de Esposende, então aí, talvez tenhamos isto concluído até ao final do mandato.

Espero que, a questão partidária não se sobreponha aos verdadeiros interesses do município e se o digo é porque tenho razões para o dizer, pois há coisas que se vão dizendo, gostaria imenso que não fosse assim, eu já disse aqui que, se por ventura vocês me conseguissem ajudar a conseguir esse desiderato, eu diria aqui frontalmente que foram vocês que me ajudaram a resolver esse problema, pouco me importa que seja o PS ou o PSD, é-me completamente indiferente, o que eu queria, era ter esses equipamentos na posse do município, para entregar às Entidades com quem protocolamos para o desenvolvimento do concelho.

É verdade que se fala muito em descentralização e que esses equipamentos virão mesmo para a posse dos municípios, o certo é, que se fala nisso há muitos anos mas até hoje não aconteceu.

O Partido Social Democrata apresentou há muito poucos dias uma iniciativa legislativa no sentido desses equipamentos passarem para os municípios, mas neste momento, sinceramente, não sei se isso vem ajudar se vem atrapalhar, atendendo à fase de desenvolvimento desse processo, pelo menos em relação ao município de Esposende.

Os moinhos da Abelheira, como sabe procedemos à aquisição de alguns, estamos a negociar um terreno para o parque de estacionamento de apoio, que era um grave problema que tínhamos em todo esse projeto, é preciso ter consciência que há coisas que se fazem em um ou dois meses, e outras que demoram, pela natureza das intervenções, é disso que estamos a falar.

Quanto à questão da "geringonça", nunca costumo falar da política nacional, nem o vou fazer, eu nunca discuti da legitimidade do Governo aqui, nem nunca o farei, essa guerra não é a minha guerra, a minha relação enquanto Presidente da Câmara com o Governo, é apenas numa lógica de conseguir o melhor para o Município de Esposende. Nós temos a nossa dinâmica própria para os municípios e o governo tem a sua dinâmica, que podem ou não ser coincidentes. O que é preciso é saber aproveitar as oportunidades e essas, de facto, resultam de uma boa relação institucional. Eu recordo que, nós iniciamos o nosso mandato e em pouco tempo tivemos cá o Sr. Presidente da República, o Sr. Primeiro-ministro e uma série de Ministros e de Secretários de Estado e vieram sempre para a concretização pública de obras importantíssimas para o nosso Município. O que o Senhor Deputado refere não é totalmente verdade, pois o Município de Esposende, já tinha uma boa relação com o anterior Governo, fico muito satisfeito de manter essa boa relação com o atual Governo, mas não podemos

deixar de olhar para trás e passar uma esponja sobre o passado, porque eu recordo que o Senhor Presidente da República, Prof. Cavaco Silva, esteve cá quando foi da obra de São Bartolomeu do Mar, o anterior Primeiro-ministro esteve cá quando foi da inauguração do Centro Escolar de Forjães, é bom quando assim acontece, é sinal que Esposende está a preconizar investimento de relevo para que o Governo e até mesmo o Presidente da República se associem a ele.

Em relação ao molhe, pelo qual me deu os parabéns, não começou com este Governo, o seu a seu dono, eu recordo-me que foi com o Secretário de Estado Paulo Lemos, num ato público, no Hotel Suave Mar em que eu o comprometi com essa obra, porque estava presente a comunicação social, e se for ver os registos da comunicação social vão ver que vem do Governo anterior, mas fico muito feliz que este Governo, porque vinha do Governo anterior não tenha eliminado essa obra, já dei os parabéns e já agradei publicamente ao atual Ministro do Ambiente por ter tido a coragem de ter mantido este projeto, mas a génese dessa obra surge num contexto bem distinto e tenho bem presente as reuniões que tive para tratar desse assunto em Lisboa.

Agradeço as suas palavras em relação à situação do molhe, é uma obra muito, muito importante, é importante para a comunidade piscatória do nosso concelho e está praticamente terminada.

Quanto à Doca de Recreio dar nota de que, são infraestruturas de gestão da Docapesca, nós gostaríamos muito que essas infraestruturas passassem para o Município, não a doca de pesca essa nunca passará, mas a doca de recreio e um conjunto dos espaços ribeirinhos.

Quanto à dragagem, seria muito útil que tivéssemos uma draga, não com os municípios a gerir isso, seria eventualmente outra instituição, a portuária a gerir as dragagens dos vários rios, mas não temos legitimidade para isso, apenas podemos exigir, pressionar para que se façam essas obras e em boa verdade, temo-lo conseguido, de forma mais eficiente nos últimos tempos do que se fazia no passado, em resultado obviamente de um conjunto de financiamentos e verbas que existem agora e que não existiam no passado.

Quanto ao que o Senhor Deputado Dr. Artur Viana referiu sobre as obras em fase final do mandato, o que lhe posso dizer! Começamos o mandato acusados de andar a terminar e a fazer obras do meu antecessor, agora estamos a iniciar obras que irão ser terminadas no mandato seguinte! Como é óbvio, a gestão de uma câmara tem uma dinâmica que não tem a ver com ciclos eleitorais, a questão é que, houve um conjunto de constrangimentos e problemas que nos impediram de começar um conjunto de obras mais cedo. Tivemos o final do QREN em 2014 e o Portugal 2020, demorou imenso tempo a avançar e a saírem os avisos, a saírem as oportunidades de financiamento.

É natural que as obras surjam nesta fase mas é fruto da necessidade e não de nenhuma estratégia política minha para aparecer com as obras agora no final.

Sendo que, também recuso a ideia de que estivemos parados durante 2 anos a ver a banda a passar, o tempo em que parece que estamos parados é o mesmo tempo que corresponde à vossa acusação de que gastamos muito dinheiro em projetos, mas são necessários para se conseguir executar as obras que vêm a seguir, para se conseguir ir buscar financiamentos para essas obras e tantos exemplos que eu darei aqui a seguir de obras que resultam desse trabalho que fizemos durante esse ano e meio a dois anos, que decorreu de 2014 até 2016.

Quanto ao “ranking” da transparência democrática, não dou nenhuma importância a isso, é uma devassa da vida privada.

Não sou só eu que o digo, a própria Associação Nacional de Municípios veio publicamente dizer que isso não faz qualquer sentido.

Daqui a um ano verifiquem como é que vai ser a situação da transparência da Câmara de Esposende, estamos na iminência de lançar um novo site que incorpora uma série de coisas e com certeza já vamos subir no "ranking" e não quer dizer que seja por isso que somos mais transparentes, até porque recusou completamente a ideia de que o orçamento seja pouco transparente, até porque têm tido sempre o vosso voto favorável e eu não acredito que o CDS-PP vote orçamentos que não são transparentes, seria uma incoerência total, lembrou-se agora de dizer isso, mas sabe muito bem que nós nos pautamos pela transparência e pelo respeito e que as contas se são boas, por alguma coisa deve ser e temos as melhores contas que esta Câmara já apresentou.

E isso é verificado de 15 em 15 dias, nas reuniões de câmara, os Senhores Vereadores têm a possibilidade de ver qual é verdadeiramente a nossa situação financeira.

Quanto ao boletim, as acusações desse jornal e tudo o que diga respeito a esse jornal, eu coloco no âmbito da queixa que apresentei no Ministério Público, eu próprio entreguei no Ministério Público no final de Dezembro uma queixa, e se eu cometi uma grande ilegalidade ao contratar pelo dobro do valor, o Ministério Público irá averiguar essa grande ilegalidade e com certeza me irá retirar o mandato, pelo menos fica-me a satisfação de ter sido eu a entregar-me ao Ministério Público, mas vamos aguardar pelo resultado dessas insinuações, o que daí vai sair.

A distribuição do boletim é feita pelos CTT e lamento que seja feita dessa forma, acreditando como é óbvio na sua palavra. Por acaso já me tinham informado que a distribuição era feita de forma deficiente, mas também lhe posso dizer que já tínhamos tentado com outra empresa a distribuição, que também não correu bem e por isso recorremos aos CTT como entidade mais credível.

Mas comprometo-me a chamar o responsável dos CTT, para que nos explique porque é que colocam 5 boletins na mesma caixa de correio num mês e não coloca nenhum no mês seguinte.

Na área da mobilidade urbana sustentável, não concordo mesmo consigo, se há área em que nós mudamos radicalmente a face do nosso concelho é na componente da mobilidade urbana sustentável, porque sabe que é assim, há um conjunto de obras dessa natureza que têm sido desenvolvidas e que estão a ser feitas neste momento e que nem sequer se sonhava com elas quando nos sentamos aqui pela primeira vez, no final de 2013.

Estamos a desenvolver um conjunto de matérias diárias, importantes em relação ao apoio às empresas, nomeadamente um Centro de Negócios.

Inicialmente quando compramos o terreno junto ao Mercatlas, era suposto ser para habitação, eu nunca concordei com essa abordagem, entendi que o terreno tinha outras potencialidades, porque tínhamos no nosso programa eleitoral a criação do Centro de Negócios, entendi que a localização era excelente para a materialização do Centro de Negócios, pela área envolvente que ali temos.

O que estamos a falar para aquele local, não é a mesma coisa que estamos a fazer ali na zona do Largo Rodrigues Sampaio. Nós trabalhamos nesse projeto, criamos as valências que lá vão ser colocadas e sinalizamos junto da Agência Nacional de Inovação, em tempo próprio para entrarmos no Portugal 2020. Foi entendimento de quem nos assessorou nessa matéria, que deveríamos dar início às dinâmicas do centro de negócio para que, quando vier a avaliação da Agência, lá para março ou abril, possam constatar que não é apenas uma intenção do Município, mas sim a concretização de um projeto, pois já temos trabalho feito nessa área.

Foi por isso que entendemos encontrar um espaço com alguma dimensão, por sorte encontramos um espaço desocupado para dar o arranque, a incubação do próprio Centro de Negócios, não quer dizer que tenhamos desistido do nosso Centro de Negócios no local onde inicialmente tínhamos idealizado e brevemente entregaremos a um qualquer gabinete de arquitetura o desenvolvimento desse mesmo projeto que pretendemos seja um projeto faseado, que tenha um edifício para dar apoio aos empresários, um outro edifício que sirva para um espaço de exposições e outras dinâmicas importantes para a nossa economia.

O que ali está é a "incubação" do futuro centro de negócios, na zona central da cidade, permitindo aos nossos jovens, essencialmente para eles, o arranque de novas empresas, das suas ideias e dando-lhe todo apoio que conseguirmos dar através de parcerias com outras entidades.

É sempre bom recordar que o nosso município é um dos que tem a taxa de desemprego das mais baixas da região, estamos na ordem dos 7,2 % de desemprego, nunca estivemos pelos 15%, nem pelos 11%, estamos nos 7%.

E quando se fala em emprego sazonal, pois no último verão, felizmente, criaram-se muitos postos de trabalho sazonais, é preciso dizer que 20% desses postos de trabalho se converteram em postos de trabalho fixos, permanentes para os nossos jovens, para os nossos trabalhadores. Não quer dizer que não devamos apoiar as empresas e promover a fixação das empresas, mas também é verdade que há um conjunto vasto de empresas neste momento a desenvolverem-se e a quererem ampliar as suas instalações no nosso concelho para além das que se querem cá instalar.

Passa-se muito a ideia que não há desenvolvimento económico, não há empresas a fixarem-se e a ampliarem-se no concelho, mas não é verdade senão como é que tínhamos os níveis de desemprego que temos!

Ao senhor deputado Dr. Manuel Carvoeiro, dá jeito dizer que estivemos hibernados durante três anos e que agora é que despertamos, mas sabe que não é verdade. Trabalhamos muito, para agora se conseguir executar foi necessário fazer todo o trabalho de "saping" anterior, no âmbito dos projetos, temos em andamento o projeto de execução do parque da cidade, da variante nascente que nunca foi feito, desde 1994 que estava no nosso PDM mas nunca ninguém o fez, do centro do sargaço, do centro de juncó, dos bairros sociais, do arquivo municipal entre outros, muitos que estão em desenvolvimento e alguns já concluídos por sinal. Nas obras, nós começamos com os campos de futebol de Forjães, Marinhãs, Esposende, o Centro Escolar de Forjães e zona envolvente, o Poli Desportivo das Marinhãs, o Centro Social de Antas, o Clube Náutico de Gemeses, o Cemitério de Rio Tinto, o de Curvos, o de Apúlia, o de Belinho, com processos complicados de aquisição de terrenos, o de São Lourenço em Vila Chã.

A marginal de Esposende, fomos nós que avançamos com o projeto da marginal, a ampliação para sul e da rotunda para norte, foram 706.000,00 € e foi feito no nosso mandato.

A marginal de Fão, as várias obras na zona de Ofir, as obras em São Bartolomeu do Mar, entre outras, quem diz que estivemos parados tem a memória muito curta com certeza!

A questão da biblioteca, estamos neste momento a trabalhar nas obras de alargamento físico da biblioteca. Os nossos serviços de Turismo terão que ir para outro espaço e o Esposende Solidário irá passar para a Central de Camionagem, que irá criar uma nova dinâmica naquele espaço. Vamos ficar com o rés-do-chão do antigo centro de saúde para o alargamento da biblioteca, permitindo criar uma sala para acolhermos o acervo do Padre Franklin, que está a

ser cobiçada por outras entidades, mas que ele quer fazer a franqueza de oferecer ao Município e isso exige que tenhamos que criar uma sala na biblioteca atual, com a dignidade que o mesmo merece.

A JSD entregou-me há uns meses uma proposta semelhante à que agora apresentou, dando conta da necessidade, por parte dos jovens, do alargamento da biblioteca. Não nos pudemos comparar com Famalicão, ou com outras cidades que têm ensino superior e os jovens ficam à noite nas cidades e precisam de um espaço para estudar, aqui a realidade é diferente, mas não quer dizer que não seja necessário proceder a um alargamento do horário, temos isso muito presente.

Não posso deixar de registar uma coisa, Senhor Deputado, para a biblioteca justificava-se todo o tipo de promoção de alteração do horário, em todos os órgãos, em todo o lado, quando é para divulgar apenas as nossas atividades, já é considerado propaganda, mas para a biblioteca, para justificar o horário podia ser nos outdoors, nos loopings, na rádio, televisão, em todo o lado, tudo seria justificável, não deixa de ser curioso dois pesos e duas medidas para coisas muito parecidas.

Quanto à questão do ruído, esta é uma matéria muito complexa e muito sensível e tem que ser tratada, aliás utilizou aqui uma palavra que é a palavra-chave, que é a conciliação, pois a dificuldade está na conciliação de todos os interesses envolvidos. Fácil é vir aqui e dizer: é preciso não permitir que esses estabelecimentos produzam ruído, é verdade, eu concordo com isso, porque se eu tivesse uma casa próxima e quisesse descansar não iria gostar nada de ter um Pachá, um BibOfir, ou qualquer outro estabelecimento dessa natureza, com gritarias até às 4, 5, 6 horas da manhã. Mas também é verdade que é uma questão de carácter mais sazonal, embora não deixe de merecer a nossa atenção por isso, mas teremos que ir pela abordagem da minimização desses efeitos e proibir o que eventualmente tiver de ser proibido. Nós temos armas na nossa mão para usar e já usamos, não sei se se lembram, a limitação dos horários, neste momento não há limitação de horários a não ser que nós a imponhamos e podemos usá-la se quisermos e podemos em última análise levar ao encerramento um estabelecimento, se lhe impusermos por exemplo um horário até à meia-noite, pois um estabelecimento dessa natureza não funciona até à meia-noite, mas das 2-3 h da manhã em diante, mas isso também tem efeitos negativos para o Município, pois sabem muito bem que há jovens que vêm para Esposende passar o Verão porque têm este tipo de oferta, temos de reconhecer que temos dois dos maiores estabelecimentos do país nesta área, isso trás pessoas a Esposende.

É uma matéria difícil, é difícil também comprovar os níveis de ruído que eles apresentam, têm que ser medições feitas naquela altura, por uma entidade credenciada, para depois poderem ser utilizadas nos locais próprios.

O que posso prometer aqui, com respeito por todas as pessoas que vivem no concelho de Esposende e que passam cá as suas férias também, é uma medida de equilíbrio que tente essa conciliação difícil entre o desenvolvimento económico de concelho e o descanso das pessoas, isso foi aqui reiterado também pelo senhor Presidente da Junta, porque é uma preocupação de todos.

Somos um pequeno Município, mas que temos dois estabelecimentos de diversão dos maiores do país, que é o Pachá e a Malafaia. De natureza diferente, mas que têm capacidade para cerca de 3.000 pessoas, ou 4.000 mas que são muito importantes para nós, porque há dias em que enchem, os jovens pressionam os pais para passarem cá as férias porque sabem que têm ali um local onde se podem divertir à noite e têm todo o direito, nós também gostávamos de nos divertir no nosso tempo, quando eramos mais novos e não podemos acabar com essas

coisas.

Mas, tem que haver efetivamente respeito e cumprimento da lei, e não é fácil conseguir estes equilíbrios e eu desafio quem quiser que passe para o lado de cá e que diga como se faz e eu terei todo o gosto, desde que seja uma medida justa em aplicá-la, até pode ser o Partido Comunista, não tem problema nenhum, a questão é que é fácil ter um discurso demagógico e populista em relação a esta matéria, é só dizer que encerrava os estabelecimentos todos para as pessoas poderem dormir, mas também há muitos jovens a trabalhar nesses locais durante o verão, para poderem, se calhar, estudar depois durante o resto do ano, há muitas realidades que têm que ser abordadas.

Aliás foi aqui referido que existe um acórdão e se existe um acórdão há lei cimentada, diria eu, em relação a estas matérias e a lei é para se cumprir, no entanto temos que ter algum cuidado nessa abordagem. Até porque há muitos outros estabelecimentos/bares, como disse e muito bem o Dr. Penteado Neiva, um pouco por todo o concelho, há quase uma tradição, diria eu de bares no nosso concelho abertos até tarde e se alguns estão mais isolados, têm mais cuidado, outros causam problemas de vizinhança e temos problemas desses até aqui, dentro da própria cidade.

Quanto aos contratos de prestação de serviços, eles são públicos e são só os necessários para o bom desempenho do Município de Esposende.

Em relação ao Dr. Pedro Vila Chã, já foi a reunião de Câmara e já foi aprovada a renovação do seu contrato e precisamos dele para os trabalhos que se avizinham e de seguida darei nota de um deles.

Quanto ao Plano Estratégico Educativo Municipal, apesar de estar com outro nome, o orçamento refere-se exatamente à mesma coisa que está em termos de Plano.

Relativamente ao passadiço da Escola das Marinhas já está resolvida a situação, de qualquer modo, nunca chegou por parte da Escola, diretamente à Câmara Municipal a necessidade de se fazer esse passadiço, houve um pedido de apoio em termos técnicos, até porque a Escola não é nossa e portanto não seria da nossa responsabilidade.

Dar nota, por uma questão de transparência, das várias obras que estão em curso, porque seria bom que se focassem noutras áreas e não na ideia de que nós não fazemos as coisas, ou não estamos a cumprir com o nosso papel, porque nós temos neste momento aprovado, no âmbito do POCU do Mar 2020 e do Norte 2020, e conseguimos esses acordos há bem pouco tempo, € 5.874.000,00 (cinco milhões oitocentos e setenta e quatro mil euros).

As Ecovias, a Doca de Pesca de Esposende, o Portinho de Apúlia, a Ponte pedonal e ciclável, as margens do Rio Neiva, e quando falo da ponte, falo da Ponte entre Antas e Viana do Castelo, a Ecovia entre Cepães e a Marginal, entre Cepães e Rio de Moinhos, a intervenção na praia da Bonança, são € 5.874.000,00 (cinco milhões oitocentos e setenta e quatro mil euros).

Ontem mesmo, lançamos duas obras que foram aqui referidas pelo Dr. Penteado Neiva, uma delas foi a Ecovia de Fão/Apúlia, que era apenas um sonho, fomos arrojados, sonhámos com isso e agora concretizámos, foi ontem aprovada e lançado o concurso público, um milhão, cento e trinta mil euros.

O canal interceptor, foi lançado agora o concurso público, aquilo que começou por uma ideia, desenvolvemos todo o projeto de execução, um projeto dos maiores desta natureza no país, um trabalho difícil de negociação com os proprietários, conseguimos o financiamento e lançamos agora o concurso público de cerca de 5, 8 milhões de euros a somar aos anteriores.

Ontem mesmo tive uma reunião com a Direção da Escola Secundária Henrique Medina, vamos avançar com um projeto, está consolidada a forma como vamos desenvolver todo o projeto, a seu tempo o mesmo será apresentado ao concelho municipal de educação, são mais 2,3 milhões de euros que conseguimos garantir para o Município de Esposende, juntamente com o Projeto Omare, juntamente com o Combate ao Insucesso Escolar que é mais 1 milhão de cada, no âmbito do Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial do Cávado.

Quanto à situação do Dr. Pedro Vila Chã, temos um projeto que se designa por "Esposende em Rede" e que vamos lançar dentro de 15 dias, que consiste na harmonização de todos os suportes publicitários que possuímos e na criação de mecanismos de aproximação ao munícipe, ou seja, um novo site que permita a interação com os munícipes, uma aplicação que vai beber informação ao site, no sentido de serviços on-line, que permita obter informação relativa a farmácias, proteção civil, por aí fora.

Vamos ter uma rede de mupis municipal, foi uma sugestão do Dr. Penteado Neiva, porque utilizávamos outdoors para informação da agenda, ou não chegávamos sequer a divulgar a agenda nas freguesias, já avançamos com essa rede de mupis.

Vamos ter, também, uma rede de monitores com informação permanente e atualizada, colocado em cada junta de freguesia do nosso concelho, de maneira a que as pessoas tenham acesso a informação permanente e atualizada sobre o município, melhorando o nosso facebook, o instagram, melhorando esses instrumentos de informação.

Outra novidade será a cobertura de rede Wi-Fi em todas as zonas centrais das freguesias do nosso concelho, nomeadamente a nossa zona Marginal de Esposende. Importa um valor muito próximo dos €300.000,00 (trezentos mil euros) mas existe uma candidatura focada na melhoria do relacionamento da interação entre o Município e os seus munícipes, isso é um projeto que foi desenvolvido pelo Dr. Pedro Vila Chã e portanto será ele a acompanhá-lo durante o próximo ano.

Em relação ao lançamento de obras em Rio Tinto e em Fão, gostei muito de ir a Fão, porque resolvemos três situações diferentes num dia só, num dia de muita chuva por sinal, mas que foi muito importante para nos credibilizarmos enquanto políticos, para as pessoas perceberem que este executivo não intervém nas freguesias em função da sua cor partidária, mas sim de acordo com as necessidades das populações e se havia essa necessidade e se o Senhor Presidente da Junta teve o cuidado de nos fazer chegar essas preocupações, só tínhamos era que, tendo dinheiro para o fazer, fazer essas mesmas obras.

Fomos lá fazer um acordo com a Fabriqueira para a capela mortuária, que era um pedido de há não sei quantos anos, fomos lá inaugurar a Rua e a Travessa Eng. Lusa Faria que também era outro pedido de há não sei quantos anos e fomos lançar o saneamento, fui aqui desafiado, aqui nesta Assembleia, por algumas pessoas que cá vieram falar, com um abaixo-assinado, para começar com as obras de saneamento na Rua Serpa Pinto, em Fão, nós tivemos a coragem de avançar, obviamente com um troço apenas, porque é muito dinheiro que está implicado mas lançamos essa obra também, tudo numa tarde chuvosa, mas penso, inesquecível para a população de Fão.

Há dias outra intervenção, desta feita no logradouro da Capela da Senhora da Saúde, em Esposende.

Saneamento nas Marinhas, rotundas também nas Marinhas, duas nas estradas interiores,

porque as outras, infelizmente, não são da nossa responsabilidade, mas já aqui falamos sobre isso. O avanço da zona Central, a Rua da Igreja na Apúlia, o Parque da EB1, também em Apúlia, a Rua do Pinhal que está neste momento em desenvolvimento.

Temos obras em todas as freguesias do concelho e por isso é que já duplicamos o investimento que tínhamos, inicialmente, previsto que era de cinco milhões, sendo que neste momento já dobrou aquele valor.

Vou terminar dando conta que, hoje às 16h30, fui a um funeral em Forjães, de um jovem de 31/32 anos, à mesma hora havia outro em Belinhô de uma jovem de 38 anos.

O que eu sei é que se vivem momentos de muita dor, de muito sofrimento, muita consternação e quando vemos os pais desses jovens num desespero total, custa muito, para quem tem as responsabilidades que eu tenho, ver a perda de vidas de jovens do nosso concelho, assistir a isso, e as coisas acontecem, mas gostaria de deixar aqui um apelo aos jovens do nosso concelho: Tenham cuidado, a vida deve ser vivida na altura própria, não devemos fazer com 40 anos aquilo que fazíamos quando tínhamos 20 anos, a vida é o que é, todos cometemos os nossos exageros, as nossas loucuras, as nossas brincadeiras, todos fizemos isso, mas custa muito ver jovens, o carinho que eles sentem uns pelos outros, toca-nos profundamente.

E, se nós podermos fazer alguma coisa enquanto Assembleia Municipal, para evitar que esses problemas aconteçam, no âmbito da sensibilização dos nossos jovens, no âmbito da dinamização do desporto, da cultura, envolve-los em outras coisas, tirá-los de atividades eventualmente mais radicais, mais perigosas, ensiná-los, alguns, felizmente, têm hipótese de corrigir um determinado rumo, outros, infelizmente nunca chegam a ter essa hipótese, na primeira vez corta-se-lhes a vida.

Fiquei muito triste, muito sensibilizado, ainda há pouco tempo perdi o meu pai, tenho a consciência disso, sei o que é esse sofrimento, mas, hoje custou-me especialmente por ser um jovem e nós precisamos de jovens, precisamos de crianças no nosso concelho e devíamos tentar fazer alguma coisa, quanto mais não seja, ajudar a envolver os jovens nos projetos, no teatro, na música, no desporto, puxá-los para um conjunto de coisas que os levem para um futuro melhor, para que de alguma forma não percam a vida desta maneira absurda e imbecil, como infelizmente temos assistido.

Obrigado!"-----

Intervenção de seguida o Sr. Deputado Municipal, Dr. Manuel Carvoeiro, do Grupo Político do PCP, nos seguintes termos:

"Sr. Presidente acaba de dizer que "falar é fácil, difícil é apresentar soluções", e que "o PCP só tem esta postura por saber que nunca estará do lado de lá". Pois fique ciente V.^a Ex.^a e todos os membros desta Assembleia que o PCP não vem para aqui com demagogia e falar só por falar. O PCP vai apresentar, a curto prazo, as necessárias propostas para resolver o problema da alegada falta de segurança e do ruído propagado pelos bares mencionados. Quero ver qual a receptividade de V.as Ex.as relativamente às propostas que o PCP vai apresentar. Estou aqui genuinamente empenhado em dar um contributo para a resolução destes problemas. Quero ver se da Vossa parte há essa abertura, essa vontade."-----

Intervenção o Sr. Presidente da Câmara, para esclarecer nos seguintes termos:

“Apenas para dizer que me parece muito bem, mesmo em termos de Comissão Permanente que seja estudada uma solução em conjunto, isto não é uma decisão que deva pender sobre o executivo, é uma problemática difícil de resolver e nós não queremos o prejuízo de ninguém em particular, nem dos proprietários das habitações que cá estão e que vivem cá e que querem o seu descanso, nem de quem está a desenvolver uma atividade económica tão respeitável como outra qualquer, portanto se poderem dar uma ajuda na resolução deste problema, eu penso que ficaremos todos a ganhar, com toda a certeza.”-----

02 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

02.01 – APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA – MÊS DE DEZEMBRO – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 12 de janeiro de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio às Juntas de Freguesia durante o mês de dezembro de 2016, nos termos do n.º 2 do artigo 13º do Regulamento de Formas de Apoio às Juntas de Freguesia. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. _____

02.02 – APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA – MÊS DE JANEIRO – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 09 de fevereiro de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio às Juntas de Freguesia durante o mês de janeiro de 2017, nos termos do n.º 2 do artigo 13º do Regulamento de Formas de Apoio às Juntas de Freguesia. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. _____

02.03 - APOIO À JUNTA DE FREGUESIA DE VILA CHÃ - PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 12 de janeiro de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, o Apoio à Junta de Freguesia de Vila Chã nos termos da alínea j) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e do n.º 2 do artigo 13º do Regulamento de Formas de Apoio às Juntas de Freguesia. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão,

da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

Interveio o Sr. Deputado Municipal, Dr. Manuel Carvoeiro, do Grupo Político do PCP, solicitando o esclarecimento que se transcreve:

*“Sr. Presidente, apesar desta matéria “concessão de um apoio financeiro, no valor de 100 mil euros, à Junta de Freguesia de Vila Chã para aquisição de um imóvel que se destina a sede social das associações culturais, desportivas, recreativas ou sociais, designadamente para sede da ‘Ronda de Vila – Chã’ ser apresentada a esta Assembleia apenas para conhecimento, não posso deixar de expressar o que penso sobre o assunto, ressaltando que tenho o maior apreço pela Ronda de Vila Chã, pela sua história, pela sua ação.
Se eu fosse Vereador não tinha aprovado este subsídio com base na informação disponível. A Junta de Freguesia de Vila Chã, com o subsídio da Câmara Municipal de Esposende suporta 100 mil euros, mas o imóvel tem um valor de 151.300 euros. Quem paga o montante em falta? Tem a Junta de Freguesia de Vila Chã disponibilidade financeira para pagar o montante em falta - (51.300 euros)? Mais: a avaliação do imóvel foi efetuada por avaliador acreditado? Falei com alguns técnicos especialistas nestas matérias, desde logo, avaliadores de imóveis acreditados, que me referiram que este trabalho deve ser feito por técnicos acreditados para o efeito. O valor do imóvel, atenta a sua localização e os valores de mercado, parece-me excessivo, como excessivo me parece o subsídio atribuído pela Câmara Municipal.”-----*

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu nos seguintes termos:

*“Tudo foi feito de acordo com a forma normal, como sempre fazemos. Houve um pedido de apoio, aliás havia um compromisso do município de Esposende e meu em particular a partir de determinada altura, para ajudarmos a Ronda de Vila Chã, que é só o rancho folclórico mais antigo do nosso concelho e que já andava há muito tempo a tentar construir uma sede, inclusive já tinham feito peditórios na freguesia tinham já verbas substanciais para isso.
Tentamos de facto entregar-lhes um terreno junto ao campo de futebol, não foi possível pela questão edificatória e da possibilidade de destaque da mesma parcela e como era um processo que já se vinha arrastando, a dada altura surgiu esta proposta por parte da Junta de Freguesia.*

A Junta de Freguesia contratou um técnico para fazer uma avaliação, apresentaram-nos a avaliação, a avaliação do imóvel era de 150 mil euros e qualquer coisa, a aquisição do terreno com a casa foi feita por esse valor, nós demos 100 mil euros, eles colocaram o restante, nós não colocamos a totalidade do valor da aquisição do imóvel.

A Junta de Freguesia, e bem, salvaguardou num comodato a utilização daquele espaço à Ronda de Vila Chã, para que se um dia esta se extinguir, o edifício continuará a pertencer à Junta de Freguesia e estará disponível para qualquer outra instituição da freguesia e parece-me muito bem.

É um processo tranquilo, não vejo porque é que os Vereadores deveria ter votado contra, demos o apoio que na minha ótica é merecido, pela instituição em particular, quanto mais não seja pela sua história.

Quando pergunta se tal avaliação tinha que ser feita por um avaliador certificado, depende para o fim que se destine a avaliação, para expropriações tem que ser da lista Oficial do Ministério da Justiça, para este tipo de situações não, basta que o mesmo seja tecnicamente

habilitado para tal. A Câmara Municipal pede imensas avaliações constantemente, quer para aquisições quer para vendas de imóveis e é preciso ter em conta que os valores praticados não são os mesmos, esses peritos fazem parte de uma lista fechada, portanto cobram-se muito bem pelas avaliações efetuadas, mas também é importante referir aqui que não foi uma avaliação feita pela Câmara, mas sim por um perito contratado pela Junta de Freguesia.”-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO._____

02.04 – DECLARAÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS EXISTENTES EM 31/12/2016 – PARA CONHECIMENTO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 09 de fevereiro de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, declaração de compromissos plurianuais existentes em 31/12/2016, nos termos da al. a) do nº 1 do artigo 15º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO._____

02.05 – DECLARAÇÃO DE PAGAMENTOS EM ATRASO EM 31/12/2016 – PARA CONHECIMENTO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 09 de fevereiro de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, declaração de pagamentos em atraso existentes em 31/12/2016, nos termos da al. b) do nº 1 do artigo 15º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

Interveio o Sr. Deputado Municipal, Dr. Manuel Carvoeiro, do Grupo Político do PCP, tendo declarado o que se transcreve:

“Da análise dos documentos referentes a este ponto, folgo em saber que Sérgio Guimarães de Sousa, académico e especialista em literatura, professor na Universidade do Minho, Camiliano, colabora com a Câmara Municipal de Esposende. É um estudioso e especialista na obra de Camilo Castelo Branco, homem que conheço em razão da minha participação nas muitas iniciativas promovidas pela Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão e especialmente pelo Centro de Estudos Camilianos, como a iniciativa “Noites de Insónia”, orientadas pelo Professor Sérgio Sousa.”-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO._____

02.06 – DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTOS EM ATRASO EM 31/12/2016 – PARA CONHECIMENTO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 09 de fevereiro de 2017, foi presente na sessão, para conhecimento, declaração de

recebimentos em atraso existentes em 31/12/2016, nos termos da al. b) do nº 1 do artigo 15º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

02.07 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DO REGULAMENTO DE PARTICIPAÇÃO NA GALAICOFOLIA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 12 de janeiro de 2017, foi presente na sessão, para aprovação, proposta da Câmara Municipal do Regulamento de Participação na Galaicofolia, nos termos da al. g) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

Interveio o Sr. Deputado Municipal, Dr. Artur Viana, do Grupo Político do CDS/PP, solicitando esclarecimento relativo ao facto da inscrição para a participação no concurso ser obrigatório o envio de uma cópia do cartão de cidadão.-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu, nos seguintes termos:

"O regulamento foi feito debaixo de supervisão jurídica e com toda a certeza não deve constituir nenhuma ilegalidade, portanto será acautelada essa situação com toda a certeza e por isso, não me parece que haja necessidade de mexer no regulamento por via dessa situação.

Importante é a análise do próprio regulamento e das prerrogativas que o mesmo impõe."-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA NOS TERMOS APRESENTADOS.-----

02.08 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE DE ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DE 2017.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 09 de fevereiro de 2017, foi presente na sessão, para aprovação, proposta da Câmara Municipal relativa à Alteração ao Mapa de Pessoal de 2017, nos termos da alínea o) do n.º 1 do Artigo 25º da Lei 75/2013, de 12 de setembro. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito. -----

Interveio o Sr. Deputado Municipal, Dr. Manuel Carvoeiro, do Grupo Político do PCP, solicitando esclarecimento relativo a duas questões, que se transcreve:

"1. Se foram abertos os procedimentos concursais para admissão de trabalhadores para os postos de trabalho mencionados na proposta?"

2. Se as assistentes operacionais a contratar pela Câmara vão desempenhar as suas funções apenas nos jardim-de-infância da rede pública ou também nos JI da rede privada, solidária, social?" -----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia autorizou que o esclarecimento fosse prestado pela Senhora Vereadora Eng.^a Raquel Vale, nos seguintes termos:

"Relativamente aos quatro assistentes operacionais é para regularizar situações que todos os anos letivos importa acautelar, é para integrar em quadro pessoal do município. Os sete técnicos que fala do projeto de financiamento ao Insucesso Escolar, é para a vigência dos três anos de duração do projeto e há financiamento para isso, e só vão trabalhar nos jardins da rede pública." -----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA NOS TERMOS APRESENTADOS.-----

02.09 – RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES DE 2016 – COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS – CPCJ, PARA CONHECIMENTO._____

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. _____

03 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. _____

De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, tendo-se verificado as seguintes inscrições:

Dr. Rui Vilarinho que em síntese disse:

*"Boa noite a todos, Senhoras e Senhores,
Vou procurar ser objetivo e factual.*

1) Estou presente nesta Assembleia para, face à ausência de resposta, há mais de 6 meses, levantar algumas questões ao Sr. Presidente da Câmara sobre o problema do ruído provocado pela Discoteca Bibofir nos meses de Verão que me afeta pessoalmente mesmo vivendo do outro lado do rio.

De facto, fui apenas copiado num e-mail de 2/08/2016 dirigido pela Esposende Ambiente aos serviços técnicos diligenciando a elaboração de um estudo acústico.

Isto apesar do Sr. Vice Presidente ter dado as seguintes instruções:

"Solicito procedimento em conformidade, com a maior brevidade possível, pois, trata-se de uma situação que necessita de resolução imediata. Por favor, comunicar ao requerente as diligências que estão a ser efetuadas e as medidas a tomar".

2) O assunto foi ainda colocado nesta Assembleia na reunião de 30/09/2016 pelo Deputado do PCP, Dr. Manuel Carvoeiro, sendo que o Sr. Presidente apelou na altura para a necessidade de bom senso tendo em conta que se trata de uma situação sazonal, restrita aos 2 meses de Verão (Julho e Agosto), sendo necessário compatibilizar os interesses em conflito: os individuais e pessoais que reclamam o direito ao sossego e os coletivos defendidos pelos estabelecimentos e por quem neles se quer divertir... Ainda assim, prometeu que estaria atento às violações, agindo em conformidade com a lei.

Colocando de lado a confusão sobre o interesse coletivo, pergunto, em concreto:

A que lei se refere ?

É que o direito ao descanso dos cidadãos está garantido pela própria Constituição que se sobrepõe à própria Lei do ruído e, se o mesmo existisse, a um Regulamento Municipal de Ruído.

3) Sobre esta questão da legalidade, recorro ao Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça que decidiu em Abril/2010 pelo encerramento do Bibofir

“... NÃO SENDO OBVIAMENTE TOLERÁVEL QUE O INTERESSE NO EXERCÍCIO OU EXPLORAÇÃO LUCRATIVA DE ATIVIDADES LÚDICAS OU DE DIVERSÃO SE FAÇA COM O ESMAGAMENTO DOS DIREITOS BÁSICOS DE TODOS OS CIDADÃOS QUE TIVEREM O AZAR DE RESIDIR NAS PROXIMIDADES, ANIQUILANDO, EM TERMOS CLARAMENTE DESPRORCIONADOS, O DIREITO A GOZAR DE UM MÍNIMO DE TRANQUILIDADE, SOSSEGO E QUALIDADE DE VIDA NO SEU PRÓPRIO DOMICÍLIO.”

4) Face ao teor deste Acórdão do STJ e à falta de controlo detetada pelos próprios serviços da CM Esposende está o Executivo ciente das responsabilidades em que pode incorrer, nomeadamente no caso de algum acidente e/ou incêndio que possa haver na Discoteca Bibofir ou até nas suas imediações?

Notar que estamos em presença de zona de elevada densidade populacional no verão e onde se situam unidades hoteleiras que acolhem muitos turistas. A partir de agora ninguém pode alegar desconhecimento. A inação é uma tomada de posição e responsabiliza quem a assume.

Tendo em conta o historial existente de queixas sobre o estabelecimento, qual o parecer do Conselho Municipal de Segurança de Esposende sobre o assunto ?

Considerando que estão previstas reuniões ordinárias trimestralmente, presumo que já tenha sido abordada a minha reclamação. Isto porque logo no artigo 1º do seu regulamento é explicitado “... visa promover a articulação, a troca de informações e a cooperação entre entidades que, na área do Município de Esposende, têm intervenção ou estão envolvidas na prevenção e na garantia da inserção social e da segurança e tranquilidade das populações.”

Estão os Bombeiros de Fão e Esposende ao corrente dos planos de segurança e de evacuação do estabelecimento, sendo que este continua a funcionar num edifício de um antigo hotel construído há mais de 50 anos ?

5) Restringindo-me apenas ao ruído deixo uma sugestão. Porque não, pelo menos, obrigar desde já a discoteca a instalar limitadores de potência sonora relativamente ao som exterior - permitindo apenas som ambiente de café / bar (evitando som de discoteca e concertos) – monitorados remotamente pela Câmara, tal como já praticado há vários anos por outras Autarquias (exemplo Câmara do Porto) ?

Por último referir que ontem passaram-se 30 anos da morte de Zeca Afonso.

Foi partilhado nas redes sociais o excerto de uma entrevista que deu em Novembro 1985 que me fez refletir por infelizmente se manter atual e que gostaria de partilhar com a Assembleia.

“O que é preciso é criar desassossego !

Quando começamos a procurar álbis para justificar o nosso conformismo, então está tudo lixado!

Acho que, acima de tudo, é preciso agitar, não ficar parado, ter coragem, quer se trate de música ou de política.

E nós, neste país, somos tão pouco corajosos que, qualquer dia, estamos reduzidos à condição de ‘homenzinhos’ e ‘mulherzinhas’.

Temos é que ser gente, pá!”-----

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao segundo inscrito, Sr. Mouquinho, que em síntese disse:

“Antes de mais boa noite a todos, a minha intervenção é apenas enquanto munícipe, não quero ser político, venho apenas falar da seguinte situação, que já aqui referi em Setembro de 2015 e acho que é justa, pois já gastaram quase €150.000,00 (cento e cinquenta mil euros), o ano passado nesta bifurcação e todos os dias eu venho de Fão para Esposende e vou ao Lidl em Fonte Boa, sentido poente para nascente, pela Rua das Pedreiras que tem os dois sentidos e ao ir vou pela Serpa Pinto, o que acontece é que é sempre um susto e vou com o coração nas mãos. Pergunto, porque não se faz uma linha contínua para quem vem de nascente para poente, de Fonte Boa para Fão e não se coloca um stop para quem vem da Serpa Pinto? É assim tão caro? Para evitar que haja lá acidentes.

O segundo ponto é uma chamada de atenção, sou a favor da indústria, mas há o problema dos estacionamento na Rua das Pedreiras, faz-se estacionamento dos dois lados e não se pode ultrapassar.

Em Setembro do ano passado falei e vou voltar a dizer, é-me totalmente indiferente, o que me custa é ver depositarem cimento, tijolos e caixas plásticas nos contentores do lixo, se falar à junta, ou à Câmara sou logo criticado: “O Justino disse...”-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que esclareceu, nos seguintes termos:

“Relativamente à situação do ruído já foi aqui muito falado hoje, o que a gente pode prometer é empenho, encontrar soluções para a situação em apreço e vai ser esse o nosso posicionamento, o posicionamento do município e espero que alicerçado nos contributos que a Assembleia quiser dar em relação a essa matéria.

Quanto à situação do Senhor Justino Mouquinho, o facto de eu ser de Forjães não quer dizer que eu não conheça o concelho e posso-lhe dizer que o conheço bastante bem, aliás não tivéssemos nós feito lá uma intervenção há bem pouco tempo e sei bem o dinheiro que lá gastamos.

O que lhe posso dizer é que a intervenção que estamos a fazer agora na Serpa Pinto vai precisamente culminar nesse entroncamento e vai reorganizar o trânsito nessa zona e portanto não se justificava estarmos a gastar outro dinheiro, noutra solução qualquer quando ela já estava prevista e até já está no terreno. Aliás, foi uma das obras que eu referi aqui que lançamos há cerca de 15 dias, portanto esse assunto ficará ultrapassado.

Quanto à questão do estacionamento, é verdade que há um acréscimo de veículos estacionados na Rua das Pedreiras, também é verdade que temos previsto um alargamento dessa rua em alguns pontos, mas carecem de autorização dos proprietários e sei que o senhor presidente da junta também está empenhado em encontrar esses compromissos com os proprietários desses terrenos. São unidades que estão licenciadas de uns anos a esta parte e também têm parques de estacionamento interiores, até bastante generosos, mas a verdade é que são situações difíceis de gerir em qualquer zona industrial, se for à zona industrial de Esposende temos o mesmo problema e por esse país fora assim é.

De qualquer maneira é uma matéria que merece a nossa atenção, e se for um estacionamento abusivo não é a Câmara que fiscaliza como sabe, mas sim a Guarda Nacional Republicana.

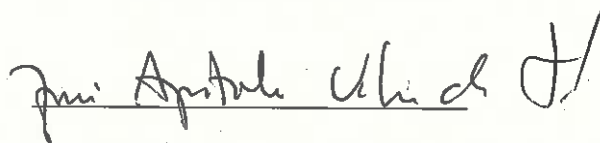
Quanto à situação das deposições de resíduos nos contentores lamento que as pessoas lá

coloquem esses resíduos com prejuízo para todos nós, mas se de facto assiste a essas situações deve é denunciá-las, é o dever de cada um de nós enquanto cidadão, não pode é impor esse ónus ao Presidente da Câmara."-----

---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a ata da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por unanimidade para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas.-----

---Sendo 00 horas e 10 minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão. -----

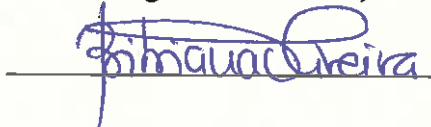
O Presidente da Assembleia,



O Primeiro Secretário,



A Segunda Secretária,



MINUTA DA ATA

N.º 01/2017

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE

**Realizada em
24 de fevereiro de 2017**